

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA, TERRITÓRIO E IDENTIDADE TERRITORIAL NO ASSENTAMENTO PATATIVA DO ASSARÉ EM PASSIRA-PE

Hugo Arruda de Moraes

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO/UFPE)

Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais e Espaço Urbano (MSEU/UFPE)

hugo.geografia@yahoo.com.br

Cláudio Jorge Moura de Castilho

Professor do PPGEO/UFPE

Coordenador do Grupo de Pesquisa MSEU/UFPE

claudio.castilho@pesquisador.cnpq.br

RESUMO

Este artigo discute a natureza das relações que se estabelecem entre os indivíduos que compõem o MST em particular e seu território, tendo como pressuposto o princípio de que não se consegue entender as pessoas fora do seu espaço de existência. Considera-se, como ponto de partida, a identidade territorial que se estabelece entre os indivíduos-assentados e o território de assentamento da Reforma Agrária, tomando como objeto de estudo o processo inicial de formação do Assentamento Patativa do Assaré (Passira/PE). A escolha deste tema justifica-se, pela sua relevância no processo de discussão da mudança socioespacial no Brasil.

Palavras-chave: MST; Território; Identidade Territorial; Patativa do Assaré; Passira.

ABSTRACT

This paper discusses the nature of relationships between people belonging to the MST, considering that we can't understand societies separated of its space of life. This text, first of all, reflects upon the territorial identity of people from MST and the production of human territory (Assentamento), encouraged by the process of Agrarian Reform based on the case of the 'Assentamento Patativa do Assaré' situated in Passira-PE. We think that this theme is important to stimulate debates about possibilities of social changing in agrarian spaces in Brasil nowadays.

Key words: MST; Territory; Territorial Identity; Patativa do Assaré; Passira.

INTRODUÇÃO

A construção da identidade social de um conjunto de indivíduos também acontece a partir do território produzido, vivido e usado. Em que medida o conjunto das ações dos indivíduos ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) consegue

Revista Discente Expressões Geográficas, nº 07, ano VII, p. 75 - 94. Florianópolis, junho de 2011.

www.geograficas.cfh.ufsc.br

construir territórios e identidades territoriais capazes de resolverem seus problemas existenciais? Esta questão possibilita a discussão referente à ação do MST enquanto ator social que busca, por meio da ação coletiva, uma nova organização na estrutura da sociedade brasileira a partir da construção de identidades territoriais comprometidas com uma sociedade diferente.

Buscamos compreender e interpretar numa perspectiva geográfica, em que medida essas ações ligadas ao MST se apropriam material e simbolicamente de espaços, transformando-os em territórios vividos (acampamentos e assentamentos) com base em identidades territoriais específicas. Tomamos como base a análise da experiência do processo inicial de formação e organização do Assentamento Patativa do Assaré, situado no município de Passira/PE. Isto, porque esse assentamento vem apresentando um conjunto de ações coletivas que tem possibilitado a formação de identidades sociais fundamentadas no processo de construção do território dos próprios acampados, no início, e assentados, hoje.

Do ponto de vista metodológico, fizemos entrevistas *in loco* com os assentados numa tentativa de interpretar o processo de construção do território do assentamento e das possíveis identidades territoriais estabelecidas. Nesta pesquisa, aproximamo-nos dos titulares de cada lote e dos assentados e das assentadas que participaram de todo o processo de luta pela terra, convidando-os a opinar a respeito de sua condição de vida no assentamento.

Direcionamos nossa pesquisa, por meio de perguntas como: Como era a sua vida antes do assentamento? Como você conheceu o MST, resolvendo engajar-se nele? Você se identifica com o assentamento? O que mudou em sua vida depois de ser sem-terra, tornando-se assentado(a)? Quais as conquistas importantes? Qual a importância do assentamento nessa sua atual situação? O que é que deve melhorar no assentamento para que a sua condição social de vida mude de fato? Qual o grande problema do assentamento? Você tem vontade de sair de sua terra? Como é a relação entre os assentados?

Essas perguntas, após terem sido submetidas a um minucioso trabalho de pré-teste, têm sido fundamentais para o reconhecimento e a interpretação das relações dos assentados e das assentadas com o seu território de vida, considerando-as como promotoras de mudanças sociais reais. Quando do tratamento dos relatos relativos a lutas, conquistas, conflitos, mudanças, impasses e perspectivas futuras de cada um, considerando inclusive colocações não previstas que apareceram durante a realização

das entrevistas, destacamos neste texto aqueles que evidenciam o processo de construção de identidades territoriais, o reconhecimento de pertencimento com relação ao assentamento.

Não foi negada a existência de conflitos, uma vez que o processo de construção de uma realidade, tanto rural como urbana, acontece, sempre, segundo Bevilacqua (2011), por meio de relações conflituosas, além do que, aqui é evidenciada a ação de um dos vários movimentos sociais, o MST. Assim, reconhecemos que as relações de conflito se estabelecem tanto entre as famílias que lutam pela terra, como por outros atores sociais que participam de todo o processo. São evidenciadas as falas dos assentados que destacam a ligação e o reconhecimento do assentamento como um território para mudança na sua vida, expressando sua trajetória de formação e organização.

Diante do exposto, este texto foi estruturado de modo a: introduzir, na primeira seção, questões teóricas abordadas; tratar, na segunda, do papel do MST no processo de construção de identidades territoriais; abordar, na terceira, a trajetória inicial de formação e organização territorial do caso específico do Assentamento Patativa do Assaré (APA); e ressaltar, na quarta e última seção, as conclusões mais importantes do texto a fim de reforçar a problematização da questão, visando contribuir com os debates promovidos em torno dos caminhos à superação dos problemas aqui identificados.

MST E IDENTIDADE TERRITORIAL: ATORES DO MST EM UM CONTEXTO SOCIOTERRITORIAL HISTORICAMENTE DESFAVORÁVEL, MAS BUSCANDO ALGO NOVO

A história do camponês¹ brasileiro é aquela da exclusão, da expropriação e da proibição da construção, de maneira autônoma, de sua própria vida. O campesinato brasileiro é, portanto, resultado da trajetória de vários indivíduos que não tiveram acesso à terra como propriedade sua. Número significativo de indivíduos proibidos de construir seus próprios destinos. Uma “classe social” diversa com características históricas e sociais particulares, refletindo as particularidades da história do Brasil, ocupando lugares secundários na sociedade brasileira (WANDERLEY, 1996). Ou ainda, o que Martins (1995) chama de retardatários no cenário político brasileiro.

¹ Na concepção de Martins (1995), o camponês brasileiro representa os vários trabalhadores do campo que não tiveram acesso à terra como propriedade sua, mas que se mantiveram ligados a ela e às atividades agrícolas por uma série de relações sociais e econômicas, na maioria das vezes de sujeição, que se estabeleceram ao longo da história da formação socioterritorial do Brasil.

Assim, em que medida esse camponês pode reinventar-se no âmbito de um contexto de tantas desigualdades socioterritoriais historicamente estabelecidas? Ao mesmo tempo, convém indagar em que medida esse camponês está, de fato, abrindo caminhos à construção de identidades que os fortaleçam enquanto atores efetivos dos seus próprios destinos?

Um dos caminhos pelos quais esses *homens simples*, os camponeses desapropriados², começam a aparecer e transformar o seu mundo, movimentando-o para novos horizontes, é o da sua articulação em movimentos sociais. É nesses movimentos que os camponeses encontram alternativas para a construção de sua própria história, num processo contínuo de querer inserir-se na sociedade, mas a partir da transformação da sua realidade precária de existência.

Com efeito, esses movimentos, e somente eles, proporcionam-lhes a criação de imensas possibilidades de compartilhamento das várias experiências vividas, integrando os seus membros e resignificando as suas vidas. O que contribui para desenrolar o processo de criação de ações em busca de novas condições de inserção na sociedade. Assim, o MST apresenta-se como um movimento social que traz em si um grande significado social. O MST reúne indivíduos “precarosamente incluídos na sociedade”, achando-se localizados tanto nos campos como nas cidades brasileiras.

Segundo Martins (2007), o MST e outros movimentos sociais reúnem em torno de si “categorias sociais residuais”, suscitando a coexistência de uma diversidade imensa em termos de origens e situações das pessoas que neles se envolvem. Da mesma forma, para Navarro (2002), o MST, ao buscar alterar o padrão de organização da propriedade da terra no Brasil, consegue agregar, em torno de si, os indivíduos mais pobres do campo. Foi por isto que Porto-Gonçalves (2005) disse que o MST possibilita a emergência de novos protagonistas na história da luta pela terra no Brasil.

O MST aparece, assim, como um caminho de construção de territórios que realmente atendam às necessidades reais dos vários camponeses desapropriados, vivendo sob as mais precárias condições de existência. Diante das várias condições em termos de situações encontradas, o cordão umbilical dessa agregação constitui a busca pelo acesso à terra para viverem e trabalharem. Assim, os indivíduos junto com suas famílias, que se agregam sob as bandeiras de luta do MST, unem os seus “interesses

² A idéia de homem simples e camponês desapropriado é considerada no artigo a partir da concepção de indivíduos sem-terra ou em situação de assalariados, parceiros, arrendatários moradores, entre outras situações que impossibilitam esses indivíduos serem proprietários de terra. Daí a condição também de categorias sociais residuais, uma vez que são indivíduos que precariamente se incluem na sociedade.

particulares”³ (TOURAINÉ, 2006), como também, seus sonhos, anseios, desejos, vontades e ações por mudanças.

A forte capacidade que possui o MST no que concerne à mobilização de pessoas, percebida nas práticas de ocupações e manifestações públicas, está relacionada à condição socioespacial que se caracteriza pela considerável quantidade de famílias pobres que participam do movimento. O MST consegue, portanto, reunir, a partir da problematização da vida política do país, os indivíduos que buscam exercer o seu direito de mobilização e inserção territorial, social e econômica na sociedade.

Nesse sentido, constrói-se uma identidade social do MST, a qual acontece na diversidade de temporalidades, na unificação das lutas, na união dos diversos segmentos sociais com os seus mais diversos conflitos. Assim, os indivíduos e suas famílias, nas suas várias situações sociais e econômicas, nas suas várias temporalidades e conflitos, agregam-se em torno do MST, passando a trocar as suas experiências de vida e a viver uma realidade mais próxima da conquista da reforma agrária.

Segundo Carvalho (2002), há um processo contínuo de libertação, na perspectiva da construção de uma nova realidade, o que resulta na formação de uma identidade social Sem-Terra; em um processo de “emancipação social continuada”, resultado de uma série de conquistas sociais no âmbito do próprio Movimento. Para o autor, no MST, trata-se da construção de uma “identidade social de resistência”. Uma identidade que se constrói no dia a dia de luta pela terra, buscando conquistas sociais nas resistências dos acampamentos e das manifestações públicas, dentre outras ações.

Ao trazer a questão dos “*espaços de socialização política*”, Fernandes (2000) apresenta o processo de construção de uma identidade sem-terra que se dá a partir do processo de interação entre os indivíduos na formação da consciência de grupo. Essa troca de experiências diversas, resultante da construção de “*espaços interativos*”, é resultado do processo de diálogos, das identificações, o início para a construção da referida identidade. Assim, afirma o autor: “O sentido da interação está nas trocas de experiência, no conhecimento das trajetórias de vida, na conscientização da condição de

³ Touraine (2006) entende os movimentos sociais como atores sociais que mantêm condutas coletivas opondo-se às ações de dominação exercidas por certas classes sociais. Ou seja, os movimentos sociais são atores sociais que existem e atuam a partir da oposição (um dos princípios do pensamento do Touraine, junto com totalidade e identidade) e dos conflitos de atores. O autor ainda acrescenta que os movimentos sociais devem ser vistos, também, a partir dos interesses comuns entre indivíduos que fazem parte do movimento social e que lhe dão a condução de ator social. Afirma o autor: “Falamos sobre movimento social significa colocarmo-nos no ponto de vista dos atores, isto é, dos atores que são, ao mesmo tempo, conscientes do que têm em comum, ou seja, dos mecanismos de conflitos e dos interesses particulares que os definem uns contra os outros”. (TOURAINÉ, 2006, p.20)

expropriados e explorados, na construção da identidade sem-terra”. (FERNANDES, 2000, p. 63)

MST, TERRITÓRIO E IDENTIDADE TERRITORIAL

Ao estudar o MST, tal como já o dissemos acima, buscamos entender as relações que se estabelecem entre os indivíduos que compõe o movimento social e seu território, uma vez que não se consegue entender as atividades humanas fora dos seus espaços de referência e existência. É no e a partir do espaço que os indivíduos e grupos sociais se reproduzem e transformam permanentemente suas vidas, existências, coisas, objetos, trabalhos e a si mesmos.

Da mesma maneira, não se pode esquecer de que toda ação no e a partir desses espaços possui intencionalidades as quais estão ligadas à construção, ao mesmo tempo da materialidade e imaterialidade dos indivíduos que os constroem. Nesse sentido, o sujeito coletivo – os movimentos sociais, por exemplo – é um ator indispensável para o entendimento do processo de construção de territórios. Segundo Bitoun (1993), as ações dos movimentos sociais acontecem no campo do conflito e das ações políticas, chamando a nossa atenção para a necessidade de se fazer uma leitura política dos territórios e das territorialidades políticas dos movimentos sociais, como uma forma de observar o que essas territorialidades estão promovendo de diferente, de novo.

Analisando o caso específico do MST, Fernandes (2000) aponta os movimentos sociais, como formas de organização social que possuem a capacidade de trazer novas formas de organização do espaço. Nas suas próprias palavras, ele afirma que: “Os movimentos sociais constroem estruturas, desenvolvem processos, organizam e dominam territórios das mais diversas formas”. (FERNANDES, 2000, p. 60) Em outro trabalho anterior, este mesmo autor compreendeu os movimentos sociais a partir da construção do espaço com múltiplas dimensões, afirmando que: “Os movimentos sociais ao construírem a sua forma de organização, produzem o seu próprio espaço. Esse espaço social possui múltiplos significados que podem ser compreendidos por sua dimensionalidade”. (FERNANDES, 1999, p. 23)

Tendo essas perspectivas como norteadoras, entendemos, a partir do caso ora analisado, o território do MST como um espaço social apropriado e usado por um conjunto de indivíduos segundo suas relações sociais diárias e a partir de ações intencionais. Nesse sentido, o território do MST é um produto da ação coletiva de

indivíduos que buscam, pelo acesso à terra, mudanças em termos das suas reais condições de vida. Mesmo que muitos desses indivíduos não se identifiquem completamente com ideários e formas de ações inerentes às práticas coletivas do MST.

Haesbaert (2007) apresenta-nos o território como sendo uma apropriação e dominação de espaços socialmente construídos. Essa construção social acontece com base na articulação das dimensões materiais e simbólicas presentes em cada realidade, fazendo com que a apropriação do território se dê de forma simbólica, enquanto que a sua dominação acha-se ligada às condições político-econômicas de cada grupo social. A partir daí, o autor afirma que:

[...] o território não deve ser confundido com a simples materialidade do espaço socialmente construído, nem com um conjunto de forças mediadas por esta materialidade. O território é sempre, e concomitantemente, apropriação (num sentido mais simbólico) e domínio (num enfoque mais concreto, político-econômico) de um espaço socialmente construído. (HAESBAERT, 2007, p. 42)

Nessa relação entre as realidades materiais e imateriais do processo de construção dos territórios, apropriação e dominação de espaços socialmente construídos, de espaço e territórios para a morada dos indivíduos, Haesbaert (1999) também apresenta-nos a noção de identidades socioterritoriais ao apontar o território como sendo uma construção de uma identidade social. Assim, trata-se de:

[...] uma identidade em que um dos aspectos fundamentais para sua estruturação está na alusão ou referência ao território, tanto no sentido simbólico quanto concreto. Assim, a identidade social é também uma identidade territorial quando o referente simbólico central para a construção dessa identidade parte do ou transpassa o território. (HAESBAERT, 1999, p. 178)

Desse modo, para Fernandes (2000), os territórios do acampamento e do assentamento do MST passam a ser um condicionante influenciado e que, concomitantemente, influencia nas ações cotidianas dos indivíduos nessa luta contínua pela terra. O autor chama a atenção para se fazer uma “leitura territorial” da ação do MST, interpretando-o como um “movimento socioespacial e movimento socioterritorial” já que ele tem o espaço como uma meta, “um trunfo”, ou seja, a base para a vida. Isso tanto no plano do movimento, como no dos indivíduos-assentados, já que o território do assentamento também possui uma conotação de propriedade, dominação.

Para Oliveira (2001), os acampamentos e assentamentos vêm trazer, para os trabalhadores rurais sem-terra e suas famílias, possibilidades de construir territórios da coletividade, da reconstrução da vida, da reinvenção da ação conjunta e comum a todos.

Acampamentos e assentamentos são novas formas de luta de quem já lutou ou de quem resolveu lutar pelo direito à terra livre e ao trabalho liberto. A terra que vai permitir aos trabalhadores – donos do tempo que o capital roubou e construtores do território comunitário e/ou coletivo que o espaço do capital não conseguiu reter à bala ou por pressão – reporem-se/reproduzirem-se no seio do território da reprodução geral capitalista. (OLIVEIRA, 2001, p. 194)

O que possibilita interpretações segundo as quais esses territórios construídos pelo o MST, como “espaços sociais”⁴ ou “espaços de vida própria” (PORTO-GONÇALVES, 2005), constituem espaços da existência dos indivíduos que se reconstróem ou se reinventam nas suas ações junto ao Movimento Sem-Terra. Desse modo, o espaço social das famílias que compõem o MST é apropriado e dominado, tornando-se território. Territórios que passam a ser usados e praticados pelos seus indivíduos, em um constante processo de interação, conscientização e formação política, além de conflitos internos, pois nem sempre há consenso. Nesse sentido, o território passa a ser um produto social, uma instância social de importância como condição das ações dos indivíduos.

Com isso, a identidade social dos Sem-Terra é também uma identidade territorial com seu acampamento e, posteriormente, com seu assentamento. Essa identidade é formada, sobretudo, quando esses espaços sociais tornam-se a principal referência para o grupo social que o constrói. A identidade territorial recorre tanto à realidade concreta quanto ao imaginário social dos indivíduos, sendo este resultado das práticas cotidianas vividas pelo grupo. Nessa condição, o território passa a ser aquela fração do espaço que os liga, levando cada um a ter um sentimento de pertencimento com relação a ele.

É nesse acontecer inseparável e solidário entre o espaço socialmente produzido e a sociedade, que o território dos Sem-Terra torna-se um ponto de partida para as suas próprias ações e práticas sociais e, simultaneamente, uma condição para a sua reinvenção enquanto indivíduos capazes de conduzir suas próprias ações, enquanto indivíduos políticos. É assim que, no e a partir do território, as relações sociais, de

⁴ Segundo Lefebvre (1991 *apud* FERNANDES, 1999, p. 21), o espaço social é um produto da existência humana. O autor chama a atenção para o entendimento do espaço social como um produto da ação do homem no seu local de existência. Ao mesmo tempo, esse espaço social é apropriado e produzido, tornando-se território, de acordo com os vários interesses envolvidos. Assim, afirma: “O espaço social per se é imediatamente trabalho e produto – uma materialização da existência social.” (LEFEBVRE, 1991, p. 73 *apud* FERNANDES, 1999, p. 21)

cooperação e conflitos entre os Sem-Terra, nas suas lutas diárias pela terra e pela reforma agrária, ganham existência concreta, vida material, exterioridade, transformando-se em objetos geográficos. É no território que o homem ou o indivíduo Sem-Terra ganha objetividade, passando a existir enquanto realidade material e imaterial.

Nesse processo, o território dos indivíduos que compõem o MST não pode ser entendido como um produto social qualquer, um objeto geográfico como outro qualquer, mas como uma instância social que influencia de forma direta nas relações desses indivíduos na sociedade, nas ações e na condição de vida das pessoas, ou seja, na sua identificação social. O Patativa do Assaré constitui uma das manifestações desse processo, não obstante as inúmeras dificuldades ainda enfrentadas pelos seus membros, ao mesmo tempo, nas escalas local (território vivido) e global (movimento coletivo).

A TRAJETÓRIA INICIAL DE FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO PATATIVA DO ASSARÉ

Localizado no município de Passira/PE, o Assentamento Patativa do Assaré faz parte da área do Pólo Bom Jardim para o desenvolvimento de Projetos de Reforma Agrária do Estado de Pernambuco (Figuras 1 e 2). Cobrindo uma área de mais de 365 ha (equivalendo a cerca de 12ha para cada uma das vinte e nove famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais), esse assentamento é resultado da desapropriação da Fazenda Independência (Sítio Borba), situada às margens da PE – 95⁵ (Figura 3).

⁵ Para o MST e os assentados, o território do Assentamento é chamado de Patativa do Assaré, mas para o INCRA ele é cadastrado no Pólo de Bom Jardim como Projeto de Assentamento Independência. Mas estamos considerando, neste trabalho, a denominação atribuída pelos moradores do lugar.

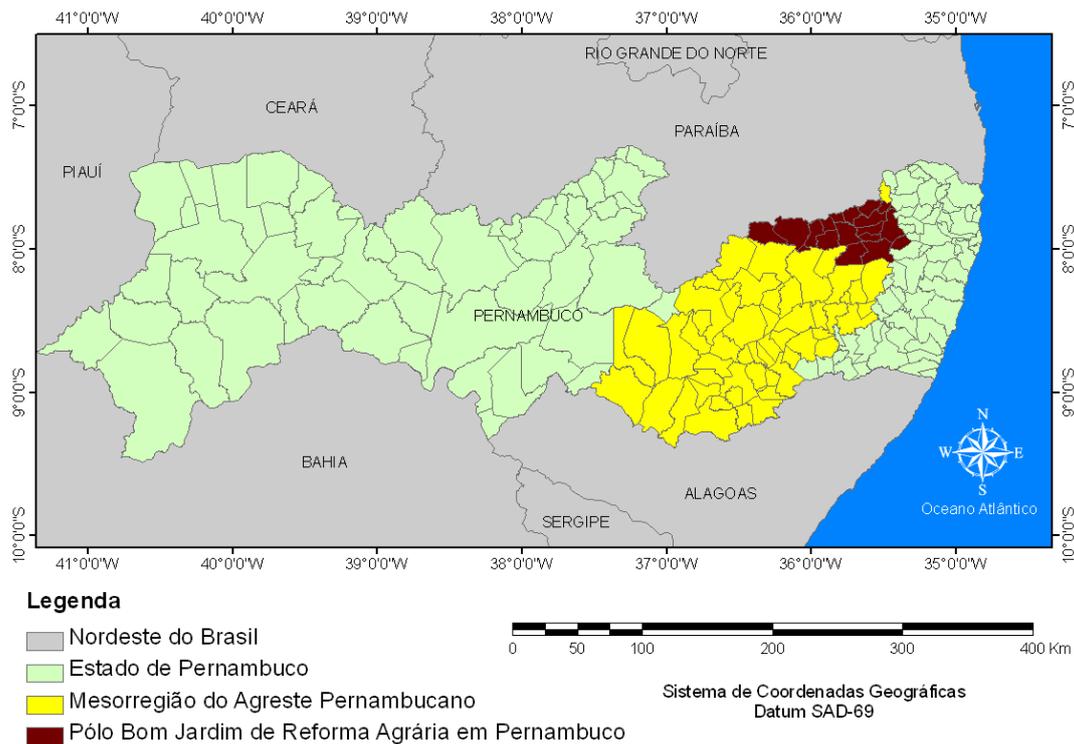


Figura 1: Pólo Bom Jardim na Mesorregião do Agreste de Pernambuco

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/ SR/03), 2007.

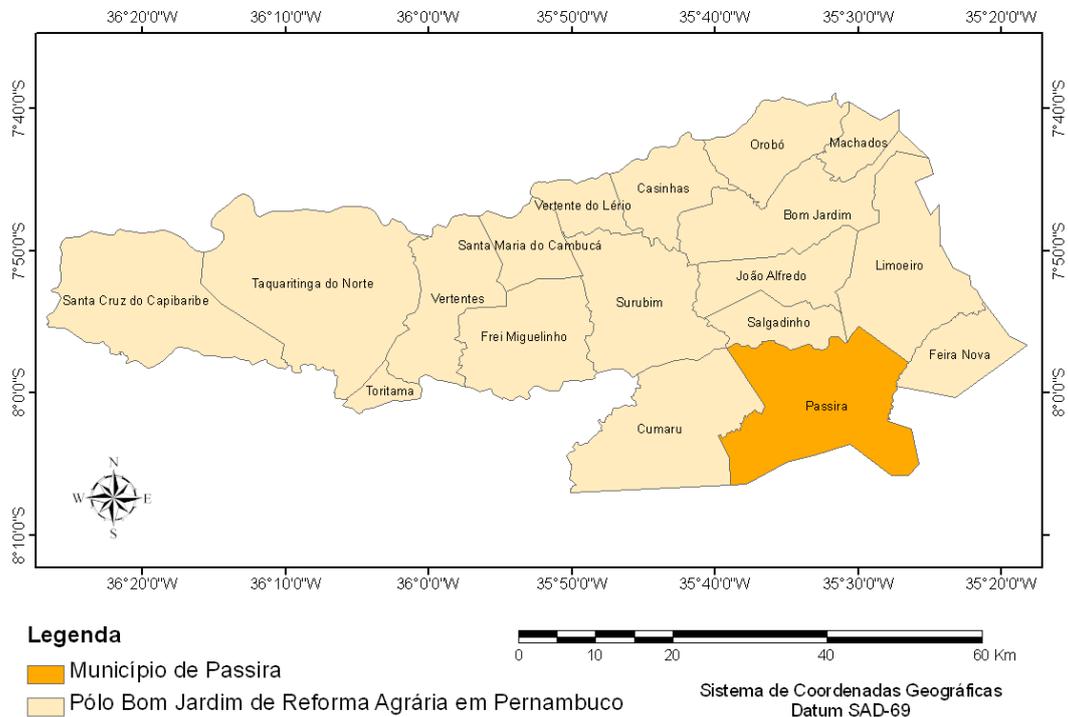


Figura 2: Pólo Bom Jardim para Desenvolvimento de Projetos de Reforma Agrária do Estado de Pernambuco

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/ SR/03), 2007.

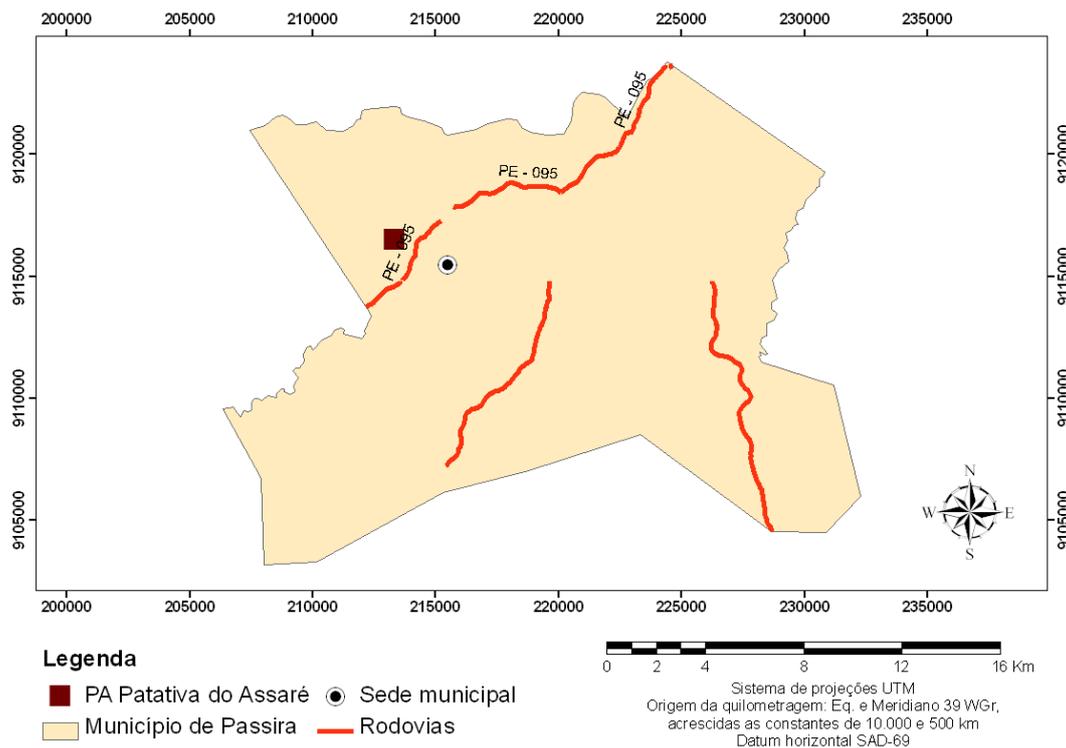


Figura 3: Localização do Assentamento Patativa do Assaré no Município de Passira-PE

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/ SR/03), 2007.

Convém ressaltar a diversidade em termos de situações sociais e econômicas em que se encontravam os assentados e as assentadas antes das ocupações e da formação do assentamento, caracterizando-se por terem sido moradores de pontas de rua da cidade de Passira.

As manifestações de ocupação e formação dos primeiros acampamentos aconteceram no ano de 2005, processo que passou, como geralmente acontece com as ocupações em espaços rurais e urbanos deste país, por três ordens de despejo. Boa parte das famílias envolvidas no movimento social em epígrafe já havia sido despejada no ano de 2003, após uma ocupação mal sucedida da Fazenda São Vicente, situada no povoado de Pedra Tapada, uma das áreas rurais do município. A ocupação definitiva da Fazenda Independência e a emissão de posse para as vinte e nove famílias que hoje constituem o Assentamento ocorreram em 16 de dezembro de 2005.

No início, as manifestações para a ocupação da Fazenda Independência ocorreram nas margens da PE-95, rodovia estadual que dá acesso à Fazenda Independência, contando com a participação de mais de sessenta famílias de trabalhadores rurais sem-terra, reduzindo-se às vinte e nove famílias atuais, em função de dificuldades relativas à insegurança, devido à ação de pistoleiros, e à incerteza quanto à permanência na terra.

Para as famílias hoje assentadas e envolvidas nas ocupações, a experiência do acampamento foi de grande dificuldade, devido a vários problemas vivenciados por elas: fome e falta de recursos para permanecerem na terra. Os despejos ocorridos, por exemplo, foram percebidos como pontos negativos para alguns participantes, devido ao constrangimento e à impossibilidade de permanecerem na terra para trabalhar e viver com suas famílias. Assim relata um assentado: “Muita gente ficou fora, porque é uma vida muito difícil! É arriscado: morrer, apanhar, não ter o que comer, não dormir” (Informação verbal)⁶. Com efeito, apesar da causa ser justa – a luta por terra de trabalho – as famílias têm que ter muita perseverança e coragem, pois a violência contra os acampados é muito grande, tendo marcado os primeiros momentos do acampamento. Houve, em alguns períodos, presença constante de pistoleiros a mando do proprietário da fazenda, criando momentos tensos.

Além dessas dificuldades, criou-se um ambiente de hostilidade com relação à população local. Boa parte da população do entorno da fazenda discriminava os acampados, taxando-os de ladrões, vagabundos e invasores. O que demonstrava repúdio e descrédito com relação às ações do MST, uma vez que não se via possibilidade de conquista das reivindicações. Assim, afirma um assentado:

O pior, meu amigo, é você ser discriminado pelo próprio agricultor [...] num entanto a discriminação é grande porque eles vêem com outros olhos. As pessoas que ignoram as coisas. [...] Eles achavam que era uma balela e ninguém não ia conseguir nada, não acreditavam que as pessoas iam conseguir a terra. (Informação verbal, 2009)

No entanto, a falta de oportunidades de trabalho na cidade e a busca (ou o sonho) para ter um pedaço de terra para trabalhar foi o que uniu essas famílias em torno de um movimento social, tornando-as mais sensíveis ao engajamento e justificando a sua participação. Assim, afirma uma assentada: “Era o meu sonho conseguir ter um pedaço de terra.” (Informação verbal, 2009)

Esses casos confundem-se com a trajetória de vida do próprio Presidente da Associação do Assentamento. Um ex-funcionário – que ocupava o cargo de fiscal de obras – da Prefeitura Municipal de Passira, Marcos Antônio Felix. Este efetivou os

⁶ Todas as entrevistas foram realizadas em um trabalho de campo no segundo semestre de 2009. Como relatamos na introdução do artigo, foram privilegiados os titulares dos lotes na agrovila, além dos assentados que participaram de todo o processo de luta pela terra, desde as primeiras reuniões, os acampamentos até a organização e formação inicial do assentamento. Foram privilegiadas para serem citadas no texto as respostas que evidenciavam o processo de construção de identidades territoriais tendo como referência o território do assentamento Patativa do Assaré.

primeiros contatos com o MST após ter participado como ouvinte de uma reunião de dirigentes do movimento e do grupo de acampados, realizada às margens da PE-95, quando do momento da primeira ocupação da Fazenda Independência. Inicialmente contrário às ações do MST, ele decidiu engajar-se no movimento numa tentativa de buscar uma melhor condição de vida para si e sua família:

Eu era fiscal de obras do município. Saí para ser assentado. [...] Porque a gente queria um trabalho melhor para criar nossos filhos, e aqui na agricultura dá mais do que trabalhar na Prefeitura com um salário de miséria que a Prefeitura paga. [...] Eu na verdade eu era muito contra o que os sem-terra faziam, porque eu não tinha conhecimento, eu achava que não ia para frente não, mas à medida que a gente vai conhecendo, a gente vê que a realidade é outra. (Informação verbal, 2009).

Esse mesmo entrevistado afirma que a sua condição de vida hoje, bem como, a dos demais assentados melhorou bastante devido ao fato de trabalhar na sua própria terra:

É melhor porque hoje a gente não compra uma batata, não compra uma macaxeira, a gente não compra um feijão, um milho. Tudo isso a gente tira da própria terra. E na cidade tudo isso a gente tem que comprar. [...] Antes nenhum aqui tinha uma terra para trabalhar, hoje tem sua terra, trabalha a hora que quer, o dia que quer, sem ninguém levar mais grito. (Informação verbal, 2009).

Mesmo morando na periferia da cidade, boa parte dessas famílias é constituída por membros que mantinham relação com a agricultura. Muitos trabalhavam como trabalhadores alugados ou arrendatários em fazendas do município. Essas relações de trabalho geralmente criavam certa sujeição com relação aos proprietários das fazendas, deixando os trabalhadores sem raízes e sem um local fixo de trabalho, ao mesmo tempo que impossibilitava o acesso a uma terra própria para o seu trabalho e o de sua família. Assim, afirmou outro assentado: “Todo ano eu colocava um roçado na terra dos outros. Eu ficava com raiva porque a gente arrancava velame um ano e no outro ano já era para botar gado, nós já ficava sem roçado. Eu me revoltei por causa disso só.” (Informação verbal, 2009).

Muitas dessas famílias já conheciam o MST devido às ações do movimento em ocupações antes dos primeiros acampamentos da Fazenda Independência e até mesmo pelos meios de comunicação como rádio e televisão. Alguns só passaram a conhecer de fato o MST a partir de ações de dirigentes na região, informando a população e fazendo cadastros para ocupações em fazendas improdutivas. Assim afirmou um assentado, quando questionado sobre o MST:

Conhecia não. Eu conheci quando foi para entrar na Fazenda São Vicente, foi quando eu conheci. [...] Foi um tal de Seu Felix. Ele era dirigente, era quem fazia os cadastros. Ele foi o orientador, eu me orientei e terminei fazendo um barraco e entrei na fazenda São Vicente. (Informação verbal, 2009).

Com essa diversidade de situações, alguns assentados afirmavam acreditar no MST antes de participar do movimento. Outros viam nele uma possibilidade de se conseguir ter uma terra para trabalhar, porém não tinham tido ainda uma oportunidade para ingressar no movimento. Outros assentados, desacreditados, não vendo essa possibilidade e até afirmando que nunca esperavam participar dele, antes dos primeiros acampamentos:

Eu nunca, nunca esperava entrar numa coisa dessa! Mas hoje em dia, as voltas são demais. Comecei primeiro ali na beira da pista, na Fazenda Mauricéia, primeira vez, depois Fazenda São Vicente, depois onde nós estamos hoje, assentados aqui. (Informação verbal, 2009)

Esse período inicial da luta pela terra destaca-se pelos primeiros contatos e trocas de experiências entre os indivíduos e as famílias acampadas, em uma diversidade em termos de origens e situações. As ocupações e os acampamentos passaram a compor o cotidiano de cada indivíduo. Ao mesmo tempo em que havia a possibilidade de realização de um sonho, o de ter um pedaço de terra para trabalhar.

Desse modo, alguns assentados afirmam com orgulho poder criar e plantar na sua própria terra, com as seguintes palavras: “[...] É bom a gente trabalhar para ter as coisas da gente: feijão, milho, jerimum. Só é chegar no roçado, como eu fui agora, tô preparando uma comida de milho. Do meu roçado!” (Informação verbal, 2009). Outros falam com orgulho da sua rotina de trabalho atual, a qual era possibilitada a partir do território do assentamento: “Aqui não tem farra comigo. A minha farra é o cabo de enxada. [...] Quando não é na enxada é atrás de um bicho. Eu trabalho até nos domingos aqui.” (Informação verbal, 2009). Essa referência ao espaço do assentamento como um território de trabalho é a realização de indivíduos que se viam expropriados, excluídos e muitas vezes subordinados. Trata-se de uma rotina de indivíduos que se reinventam cotidianamente. E se reinventam num cotidiano de proximidade fazendo com que não se perca dentro do território a comunicação entre os assentados: “Só, ninguém faz nada. Conjuntamente, com várias pessoas, a força faz a união. Sozinho, ninguém constrói nada. Primeiramente Jesus e os nossos companheiros de luta.” (Informação verbal, 2009).

Um dos aspectos mais importantes para a construção do território do Assentamento e a interação entre os indivíduos, ocorreu com a Associação. Com efeito, uma das primeiras medidas tomadas pelas famílias visando a organização territorial do Assentamento Patativa do Assaré, foi a criação da Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Patativa do Assaré em 22 de novembro de 2006. Essa associação é composta por presidente, secretário, tesoureiro, seus respectivos vices e um conselho fiscal, que funciona a partir de reuniões mensais, tendo como objetivo discutir, entre os assentados, os mais variados projetos e problemas que surgem no assentamento. Tudo que ocorre e todas as reivindicações do assentamento são discutidos nessas reuniões, na qual cada assentado expõe sua opinião sobre um determinado problema observado, ao mesmo tempo em que se buscam, em conjunto, possíveis soluções. A existência da associação procurou fazer do assentamento um território que atendesse aos interesses e necessidades da totalidade das famílias assentadas. As reuniões da associação geralmente ocorrem na casa sede do assentamento. Em algumas ocasiões repetem-se os costumes do período de acampamento pelos quais as reuniões eram realizadas ao pé da bandeira do MST, local situado ao lado da casa sede do Assentamento.

Essas reuniões podem ser consideradas como momentos significativos do assentamento, pois contam geralmente com a participação de, pelo menos, um representante de cada família assentada, cada um com direito a voto. Elas são, dessa maneira, um espaço democrático e de debates, reunindo as pessoas em torno de problemas comuns. Segundo alguns assentados, elas se caracterizam por momentos de discussão, debate intenso e, muitas vezes, de conflitos entre várias idéias; mas, simultaneamente, por momentos festivos, já que são cantadas cantigas que enaltecem os ânimos, reavivando o espírito de solidariedade e luta por melhores condições de vida.

A associação representa para o assentamento um espaço em que o conhecimento acumulado da realidade é compartilhado por cada indivíduo e sua família. É através do aprendizado e do cotidiano da luta pela terra e da construção do território do assentamento, que se constroem novas práticas, criando possibilidades de implementação de novas ações, junto com a realização de mudanças no seu espaço.

Ao mesmo tempo é importante observar que as várias ações ocorridas fizeram com que o espaço do Patativa do Assaré se transformasse em um território em que o econômico subordina-se às necessidades reais das famílias assentadas. Não negamos a existência das relações econômicas, mas chamamos a atenção para a importância do assentamento como território da riqueza social. Observando-se, agora, o florescer da

capacidade de criatividade do trabalhador, de valorização das coisas simples, da troca de experiências diárias. Ao mesmo tempo, ele passa a ser o território da cooperação e não da exploração, o território da liberdade das famílias assentadas, da busca da cidadania a partir do trabalho coletivo e individual na sua terra. Um território onde os indivíduos identificam-se e passam a existir a partir dele. Afirma um assentado: “[...] agora eu não sou sem-terra, eu sou com terra. Eu já fui sem-terra, hoje eu sou com terra! Eu sou mais realizado!” (Informação verbal, 2009)

O mesmo assentado afirma que se tornou um cidadão devido à mudança da sua condição de vida, sendo agora um Sem-Terra assentado, visto que possui a possibilidade de trabalhar e viver numa terra que é sua. Nesse sentido, afirma: “Hoje eu sou um cidadão! Porque tô trabalhando! Tô trabalhando bastante mesmo. Gosto de agricultura, gosto de plantar, de colher. Realmente eu parti para aqui e todo mundo tá sabendo, tá vendo que aqui é meu trabalho.” (Informação verbal, 2009). Outro assentado, fala com muita satisfação das suas conquistas, reforçando a sua ligação com o território do assentamento ao dizer:

Graças a Deus hoje tenho treze resesinhas de gado, com fé em Deus vou comprar mais, que antes eu nem sonhava com isso e com a graça de Deus com nosso trabalho, meu e de meus companheiros de luta nós chegamos onde estamos hoje. [...] Entrei, nunca me arrependi e nunca me arrependo. Tenho certeza que vou morrer, mas vou morrer aqui dentro do Patativa do Assaré. (Informação verbal, 2009)

Uma assentada afirma que essa conquista do direito à terra foi um grande sonho realizado em sua vida, enaltecendo a condição de ser participante do MST:

Eu tenho orgulho de dizer que sou sem-terra! Era o meu sonho conseguir ter um pedaço de terra. Como até mesmo diz aquela música: “Eu queria ter na vida simplesmente um lugar de mato verde para plantar e para colher. Ter uma casinha branca de varanda, um quintal e uma janela para ver o sol nascer”. (Informação verbal, 2009)

Assim, é válido destacar que dentro de cinco anos de existência, um tempo relativamente curto para um processo de construção de território, a partir de processos difíceis de luta pela terra e pela reforma agrária, o assentamento apresenta conquistas importantes, tais como: a construção da Agrovila, com vinte e nove casas e vinte e nove lotes ou parcelas de terras para o trabalho coletivo e individual de cada uma das famílias assentadas; todas as casas interligadas à rede nacional de energia elétrica; a construção das cisternas para o abastecimento de água; a produção de lavouras como feijão,

jerimum, macaxeira e, principalmente, o milho; a criação de animais; entre outras conquistas.

Observamos que o assentamento em tela, hoje, passa por um processo de constituição de um território de vida, de trabalho e da diversidade, sendo nesse território que famílias começam a inserirem-se na sociedade de forma participativa. Num processo de forte identificação entre indivíduo e território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de ação do MST acontece em uma forte relação com a construção de novos territórios de vida e trabalho para diversas famílias que se agregam ao referido movimento social. Tendo o território do Assentamento Patativa do Assaré como base das análises, o presente trabalho demonstrou que esse território é resultado de uma conquista das famílias que buscaram através da luta pela terra, saídas para seus problemas socioeconômicos.

A trajetória inicial desta luta é de muita resistência, tendo criado nos assentados uma relação de pertencimento com o assentamento, acumulando hoje um conjunto de conquistas sociais obtidas no cotidiano, ao mesmo tempo em que a organização interna das famílias assentadas conduz a uma forte ligação com o território do assentamento.

Nessa relação ora analisada entre sujeitos assentados e seu território, podemos afirmar que existe de fato uma relação de unidade, num processo de construção de identidades territoriais em que o território do Assentamento Patativa do Assaré torna-se referência principal, enquanto espaço socialmente construído.

O que constitui uma condição fundamental ao lento e doloroso processo de mudança social rumo a uma sociedade efetivamente diferente em que a (importante) dimensão econômica esteja subordinada aos interesses efetivamente sociais das famílias envolvidas no processo de luta pela terra. Mesmo tendo consciência da difícil tarefa da construção deste “efetivamente diferente”, sob um modo de produção em que há predomínio da lógica do desenvolvimento histórico-geográfico desigual, acreditamos, porém, que algo está acontecendo no sentido de promover de fato conquistas socioterritoriais significativas para indivíduos e famílias que sempre tiveram seus direitos sociais negados ao longo da formação histórica brasileira.

Este artigo procurou mostrar algumas dessas conquistas – acesso à terra para o trabalho e vida, acesso a bens de consumo coletivos (água, eletricidade etc.), experiência em termos de mobilização socioterritorial, capacidade de negociação sobre o que pode ser melhor para o seu território dentre outras – mas ao mesmo tempo, deixando claro que se trata ainda de um processo quase que em seu início. Portanto, muito ainda se precisa caminhar para a construção efetiva de uma organização socioterritorial mais justa.

Temos consciência de que uma verdadeira Reforma Agrária não acontece apenas com a distribuição e concessão de terras para trabalho, mas que, concomitantemente, deve haver um forte engajamento social e político – da sociedade e do Estado simultaneamente – no sentido da promoção de um conjunto de políticas públicas que venham a concretizá-la de fato, em sua complexidade e totalidade. Políticas que priorizem acesso e usufruto de condições técnicas de trabalho, formação técnica, educação, saúde, cultura etc.

É verdade também que este processo de luta pelo território não é harmônico e por esta razão, se tem esboçado conflitos significativos tanto ao nível local quanto global do referido processo. No primeiro caso, trata-se de conflitos entre as famílias no seio do próprio assentamento, ao passo que no segundo, trata-se de conflitos entre os assentados e o Movimento (Coletivo) dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Todavia, como ainda estamos realizando pesquisas neste sentido, preferimos deixar essa discussão para um próximo artigo, uma vez que o seu tratamento neste texto exigiria maior tempo e espaço.

REFERÊNCIAS

BEVILACQUA, Piero. **Il grande saccheggio. L'età del capitalismo distruttivo**. Roma-Bari: Gius. Laterza & Figli Spa, 2011.

BITOUN, Jan. Movimentos Sociais Urbanos e a cidade: Questões relevantes para a Geografia Urbana. In: FISCHER, Tânia (org). **Poder local: Governo e Cidadania**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1993.

CARVALHO, Horácio Martins. A Emancipação do movimento no movimento de emancipação social continuada (resposta a Zander Navarro). In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org). **Produzir para viver – os caminhos da produção não capitalista**. Coleção Reinventar a Emancipação Social: para novos manifestos. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2002.

_____. Na sombra da imaginação (2): a recamponesação no Brasil. **Boletim DALUTA**, artigo do mês de junho, 2010. Disponível em:

<http://www4.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_07_2010.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2010.

HAESBAERT, Rogério. Identidades Territoriais. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny. (Orgs). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, pp. 167-190.

_____. O território em tempos de globalização. Etc..., espaço, tempo e crítica. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas**. n° 2(4), vol. 1, 2007, pp. 39-52, 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra: formação e territorialização em São Paulo**. 2° ed, São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. In: **OSAL: Observatório Social da América Latina**, ano 6, Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**. 4ª ed. Barcelona: Ediciones Península, 1978.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. **O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. **Reforma Agrária: o impossível diálogo**. 1° edição, 1° reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

_____. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. 2° ed. rev. e ampl. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **O Cativo da Terra**. 9°. ed. revista e ampliada. São Paulo: Contexto, 2010.

NAVARRO, Zander. 'Mobilização sem emancipação' – as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) **Produzir para viver – os caminhos da produção não capitalista**. Coleção Reinventar a Emancipação Social: para novos manifestos. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro. **Revista Estudos Avançados**, vol. 15, n° 43, São Paulo, set/dez, 2001.

PORTO-GONÇAVES, Carlos Walter. A Nova Questão e a Reinvenção do Campesinato: o caso do MST. **GEOgrafias**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p. 07-25, 2005.

_____. A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: Ceceña, Ana Esther (org). **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. Argentina: CLASCO, 2006, pp. 151-197.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática S.A., 1993.

TOURAINÉ, Alain. Na fronteira dos movimentos sociais. **Sociedade e Estado**. Brasília, v.21, n.1, p.17-28, jan/abr, 2006.

WANDERLEY, Maria Nazaré Baudel. **As raízes históricas do campesinato brasileiro**. XX Encontro Nacional da ANPOCS, Caxambu, 1996.